

TERMO DE REFERÊNCIA
APOIO INSTITUCIONAL/IMUNIZAÇÕES
CONTRATO PESSOA FÍSICA – OPAS

1. Antecedentes

A Constituição Federal de 1988 e a - Lei Orgânica da Saúde (LOAS), constituem referências aos processos de implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) em todo o País e dispõem de modo significativo sobre a prevenção em saúde, a partir de princípios norteadores das práticas preconizadas pelas políticas públicas.

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) caracteriza-se como protagonista no controle de doenças como a Difteria, Coqueluche, Tétano Acidental, Hepatite B, Meningites, Febre Amarela, formas graves da Tuberculose, Sarampo e Caxumba; na manutenção da eliminação da Poliomielite e Rubéola, bem como na erradicação da Varíola. O PNI é, hoje, parte integrante do Programa da Organização Mundial de Saúde, com o apoio técnico, operacional e financeiro do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e contribuições do Rotary Internacional e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Ao longo do tempo a atuação do PNI, ao consolidar-se como uma estratégia de âmbito nacional, apresentou na sua missão institucional consideráveis avanços. Atualmente, oferece 45 imunobiológicos, entre vacinas, soros e imunoglobulinas.

Como protagonista de sua história a Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul propõe um novo método de exercício da gestão do Programa Estadual de Imunizações, superando formas tradicionais de se estabelecer relações e de exercitar as funções gerenciais. A proposta é de um novo modelo de gestão, pautado pelo modo interativo e no princípio de que a gerência/gestão acontece em uma relação entre sujeitos:

- ✓ Pensar o acompanhamento, a coordenação e a condução (apoio) dos serviços e equipes como uma forma de propiciar relações construtivas entre esses sujeitos com saberes e poderes compartilhados.
- ✓ Pressupor a inserção dos sujeitos incorporando suas diferentes experiências e desejos.
- ✓ Mobilizar para a construção de espaços coletivos, de trocas e aprendizagens contínuas, provocando o aumento da capacidade de analisar e intervir nos processos.

Com este método de gestão, evitam-se formas burocratizadas de trabalho, levando ao enriquecimento subjetivo e social dos trabalhadores e usuários.

2. Justificativa

A imunização consiste em uma das intervenções de saúde pública mais seguras, econômicas e efetivas para prevenir mortes e melhorar a qualidade de vida, especialmente de populações vulneráveis. Apesar deste fato, observa-se, nos últimos anos, uma contínua diminuição nas coberturas vacinais em todo o mundo.

O Brasil é pioneiro na incorporação de diversas vacinas no calendário do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo um dos poucos países no mundo que oferta de maneira universal um rol extenso e abrangente de imunobiológicos. Embora o acesso às vacinas seja de forma gratuita, a diminuição na busca pelos imunobiológicos também é observada, as coberturas vacinais estão decrescendo atingindo indicadores abaixo da meta estabelecida para cada vacina.

O cenário acima descrito, observado em âmbito nacional, também se repete no Rio Grande do Sul, com especial preocupação com a população infantil. Este fato preocupa pela possibilidade de aumento na mortalidade infantil, visto que crianças não vacinadas estão suscetíveis à maior morbimortalidade.

Na busca por identificar e atuar sob os fatores associados à baixa cobertura vacinal no Estado, a Secretaria Estadual da Saúde propõe a institucionalização da *Função Apoio*, que conduzirá as trocas de experiências para a realização de boas práticas, respeitando e potencializando as peculiaridades de cada território.

Diante do exposto, o Estado do Rio Grande do Sul e a OPAS/OMS, alinhados em termos estratégicos, objetivos e resultados, ao efetivarem esta cooperação técnica, possibilitam a qualificação de uma ação de prevenção altamente efetiva, no que se refere o controle de doenças imunopreveníveis.

Para o alcance dos objetivos, abaixo descritos, serão contratados prestadores de serviço que atuarão no território gaúcho, de acordo com estudo prévio realizado pela Secretaria Estadual de Saúde.

3. Objeto:

- a) Avaliação de risco para presença de casos de doenças preveníveis por vacinas, segundo esquema nacional de vacinação.
- b) Atingir as coberturas vacinais preconizadas para as vacinas que compõem o calendário nacional de vacinação.
- c) Promover a integração entre o Departamento de Atenção Primária e Políticas de Saúde - DAPPS e a Vigilância em Saúde, para recuperação das coberturas vacinais.
- d) Desenvolver mecanismos de informação sobre vacinação reduzindo o desconhecimento da população sobre este tema.
- e) Sensibilizar os gestores para priorizarem a vacinação nos seus municípios.
- f) Capacitar os atores envolvidos no processo de imunizações.

4. Descrição dos Serviços:

1ª Produto: Documento técnico contendo as ações desenvolvidas para o alcance das metas de coberturas vacinais, para as vacinas do calendário da criança menor de um ano e um ano de idade, adolescentes e gestantes, na **Macrorregião Missioneira**.

2ª Produto: Documento técnico contendo análise quantitativa e qualitativa, referente aos indicadores de risco e de gestão do PNI, dos municípios considerados de ALTO RISCO, na **Macrorregiões Centro-Oeste e Vales**

3ª Produto: Documento técnico contendo análise quantitativa e qualitativa, referente aos indicadores de risco e de gestão do PNI, dos municípios considerados de ALTO RISCO, nas **Macrorregiões Norte e Serra.**

5. Metodologia:

Contratação de um (1) prestador de serviço para atuar nas **Macrorregiões de Saúde Norte, Serra, Centro-Oeste, Vales e Missioneira** no apoio ao território, objetivando o alcance de coberturas vacinais.

6. Requisitos

Obrigatório:

- Pessoa física com graduação de nível superior na área da saúde.
- Experiência mínima comprovada de dois anos em Saúde Pública.

Outros:

- Disponibilidade para viagens.
- Disponibilidade para trabalho em Porto Alegre.

Desejável

- Pós Graduação (Especialização ou Mestrado ou Doutorado ou Residência) em pelo menos uma das áreas: Saúde Pública, Saúde Coletiva, Atenção Primária em Saúde.
- Residência em vigilância em saúde.
- Experiência comprovada de, no mínimo, um ano em imunizações e/ou Atenção Primária em Saúde.

7. Vigência do Contrato: Janeiro até 30 de junho de 2024

8. Valor estimado: R\$ 31.800,00

9. Forma de Pagamento:

DATA	VALOR EM REAIS	SERVIÇO
02/2024	R\$ 5.300,00	Documento técnico contendo as ações desenvolvidas para o alcance das metas de coberturas vacinais, para as vacinas do calendário da criança menor de um ano e um ano de idade, adolescentes e gestantes, na Macrorregião Missioneira.
04/2024	R\$ 10.500,00	Documento técnico contendo análise quantitativa e qualitativa, referente aos indicadores de risco e de gestão do PNI, dos municípios considerados de ALTO RISCO, na Macrorregiões Centro-Oeste e Vales
06/2024	R\$ 16.000,00	Documento técnico contendo análise quantitativa e qualitativa, referente aos indicadores de risco e de gestão do PNI, dos municípios considerados de ALTO RISCO, nas Macrorregiões Norte e Serra.

10. Linha Orçamentária e resultado:

Enquadramento no Plano de Trabalho Anual:

AÇÃO	VÍNCULO OPAS	LOCALIZAÇÃO NO MARCO LÓGICO
Monitorar a vigilância epidemiológica qualificada, visando a prevenção, controle e eliminação das doenças transmissíveis e Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT)	Termo de Cooperação 82º 5º Termo de Ajuste	R6 A6